

Avançar na recuperação das perdas!

Pauta unificada está fechada! Reivindicação é voltar ao poder de compra de 2012

*Documento será protocolado junto ao novo presidente do Cruesp.
Fórum solicita reunião técnica ainda em abril*

As entidades que compõem o Fórum das Seis – sindicatos e organizações estudantis das três universidades e do Centro Paula Souza – reuniram-se em 8/4 para avaliar o retorno da rodada de assembleias de base realizadas até o dia anterior. Em todas elas, as categorias aprovaram a proposta de pauta unificada para 2025.

A reivindicação salarial sugerida pelo Fórum foi acatada por unanimidade e houve sugestões de acréscimos e maior detalhamento em alguns outros tópicos. Como historicamente o Fórum delibera por consenso, todas as propostas que alcançaram acordo entre as entidades foram inseridas. Confira o que foi alterado na proposta (em destaque amarelo) e que passa a compor o documento final da Pauta Unificada 2025 (<https://bit.ly/PautaF625Corrigida>).

Entenda o índice da campanha salarial

Em todas as assembleias, o indicativo de reivindicação do Fórum das Seis para 2025 – recomposição das perdas salariais para voltarmos ao poder de compra de maio/2012 – foi referendado.

De acordo com os cálculos do Grupo de Trabalho (GT) Verbas, coordenado pela Adusp e com a participação de outras entidades do Fórum, a inflação dos 12 meses (maio/2024 a abril/2025) está estimada em 5,33%. Esse índice considera uma projeção de 0,5% em março e 0,5% em abril/2025 e, portanto, ainda pode ser alterado, para mais ou para menos, quando for divulgada a inflação oficial destes dois meses.

O índice de reposição necessário para voltarmos ao poder de compra de maio/2012 – mês/ano de referência do Fórum, por ser o de maior poder aquisitivo neste século – está estimado em cerca de 17,5%. Diferente de 2024, a pauta desse ano reivindica o pagamento do índice cheio em maio/2025, devido ao bom cená-



rio econômico previsto. A arrecadação da quota-parte do estado de SP no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), da qual derivam os recursos destinados às universidades estaduais, está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para R\$ 181,886 bilhões. Esse va-

lor é 17,5% maior que a estimativa inicial da Secretaria da Fazenda para 2024 (R\$ 154,5 bi) e cerca de 10,5% superior ao valor final previsto para este ano após revisão, de R\$ 164,5 bi.

Ainda segundo dados do GT Verbas, o não pagamento integral da inflação desde maio/2012 já gerou um prejuízo correspondente a 21,5 salários para cada servidor/a docente e técnico-administrativa/o.

Financiamento, previdência, permanência estudantil, condições de trabalho e estudo... Pauta tem itens relevantes que devem ser debatidos com Cruesp

A Pauta Unificada 2025 não se limita às questões salariais. Outros pontos igualmente relevantes compõem o documento e a expectativa das categorias é que sejam integralmente debatidos e negociados entre as partes.

Neste ano, a pauta traz sete itens. Um dos tópicos diz respeito ao **financia-**

5,33%

é a inflação estimada para 12 meses, de maio/24 a abril/25.

17,5%

é o índice necessário previsto para repor as perdas e voltarmos ao poder de compra de maio/2012.

21,5 salários

é o prejuízo de cada servidor/a desde maio/2012.

mento das universidades, tendo em vista o advento da reforma tributária. O Fórum das Seis propõe que já apresentemos, durante a tramitação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2026, uma emenda defendendo a substituição dos atuais 9,57% da quota-parte do estado no ICMS (parâmetro atual) por 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) do estado. Isso porque o ICMS será extinto gradativamente até 2033. O Fórum solicita que o Cruesp se some nesta defesa, uma vez que a proposta de um GT constituído pelos reitores para este fim (8,63% da RTL) é praticamente idêntica à do Fórum.

Neste ano, foi inserido na pauta um item específico sobre **Previdência**, no qual o Fórum reafirma a defesa da integralidade e paridade para as aposentadorias, tratamento isonômico entre pessoas aposentadas e da ativa e fim das contribuições de aposentadas/os e pensionistas. O tópico também reforça as solicitações apresentadas pelo Fórum no recém-criado GT Previdência com o Cruesp; é o caso de dados sobre aposentadorias, insuficiência financeira (a diferença entre o que as universidades arrecadam com as contribuições e o total pago em aposentadorias e pensões), projeção de contratações e aposentadorias para os próximos anos, comprometimento da folha para pagamento de aposentadorias e pensões, cálculos atuariais e adesão à previdência complementar (PrevCom).

A permanência estudantil conta com um item específico na Pauta Unificada 2025 e traz demandas como: políticas de cotas, moradia estudantil, restaurantes universitários, bolsas, saúde mental e outras. Também há reivindicações de dotação específica, a partir dos orçamentos das instituições, para assegurar políticas efetivas de acesso e permanência.

No item destinado às **condições de trabalho e estudo**, são abordadas questões relacionadas às creches, às contratações (sempre por concurso público), combate aos assédios e outras formas de violência, políticas de inclusão e diversidade, fim das terceirizações e reversão das já existentes, imediata climatização dos espaços de trabalho e estudo, entre outras. A defesa da isonomia entre trabalhadoras/es das instituições é um dos pontos defendidos.

No tópico voltado aos **hospitais universitários e Centros de Saúde**, a pauta indica a defesa do seu caráter público, contratações e outros, além de algumas reivindicações voltadas ao Iamspe.

O último ponto da pauta destina-se à defesa do **reconhecimento do vínculo** entre o Centro Paula Souza – que admi-



A reunião do Fórum das Seis em 8/4: pauta 2025 fechada!

nistra as escolas técnicas e faculdades de tecnologia públicas do estado – e a Unesp. O vínculo refere-se aos aspectos didáticos e científicos, administrativo e de resultados, mas não se aplica ao financiamento. Enquanto as universidades contam com dotação de um percentual fixo do ICMS, os recursos para o Centro são definidos diretamente pelo governo a cada ano. Até 1996, por conta do vínculo, os servidores e as servidoras docentes e administrativos/as do Centro tinham garantidos os mesmos reajustes aplicados nas universidades. Embora o vínculo esteja previsto por lei (artigo 15 da Lei 952/1976), o governo do estado sempre atuou para esvaziá-lo e acabar com ele, pois isso facilitaria a privatiza-

ção das ETEC e FATEC. Considerando a vigência do vínculo até hoje, o item I da pauta – Recomposição salarial e isonomia – traz a reivindicação de recomposição das perdas salariais de servidores/as docentes e técnico-administrativos/as do Centro, de acordo com índices adotados pelo Cruesp nas universidades no período de 1996 a 2025.

Os próximos passos

O Fórum das Seis já solicitou o agendamento, ainda em meados de abril, de uma nova reunião com os técnicos do Cruesp, com o objetivo de debater o cenário econômico, arrecadação etc. A Pauta Unificada 2025, já fechada, será protocolada em 25/4, junto à reitoria da Unicamp, a quem cabe a presidência do Cruesp nos próximos 12 meses.

A expectativa do Fórum é pelo agendamento de uma primeira mesa de negociação o quanto antes, respeitando a data-base, que é 1º de maio.

Fórum das Seis apoia Ato de desagravo à Unicamp, contra os ataques do vereador Vinícius de Oliveira e do MBL

O mandato da vereadora Mariana Conti (PSOL) convida para um ato na Câmara Municipal de Campinas em 10/4/2025, quinta-feira, às 15h. O objetivo é manifestar apoio à Unicamp frente aos ataques de um vereador (Vinícius de Oliveira, Cidadania) e do Movimento Brasil Livre (MBL). “A extrema direita nunca escondeu seu desprezo pelas populações oprimidas, pela Universidade Pública, pela democracia e pela ciência e sua afeição ao negacionismo científico e discursos de ódio”, diz um trecho do convite.

Os ataques (destruição de murais dos movimentos negro e LGBTQI, discurso de ódio contra pessoas trans e não binárias, bem como de violência de gênero contra as vereadoras Mariana Conti e Paolla Miguel, do PT) foram realizados devido à aprovação, pelo Conselho Universitário da Unicamp, de cotas trans, travestis e não binárias, uma antiga reivindicação de amplos setores da Universidade e que se constitui num importante passo na sua democratização. Ao contrário das fake news divulgadas por Oliveira e demais membros do MBL, as cotas apro-

vadas (1 para cursos com até 30 vagas e 1 ou 2 para cursos com mais de 30 vagas) não ocupam espaço de nenhum setor, uma vez que são adicionais às vagas por ampla concorrência de cada curso.

Conforme divulgado no portal de notícias da Unicamp, atualmente 13 universidades federais ou estaduais contam com esse tipo de sistema de acesso à graduação.



ATO DE DESAGRADO À UNICAMP,
CONTRA OS ATAQUES DO VEREADOR
VINÍCIUS DE OLIVEIRA E DO MBL

10/04 · 15H
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
AV. DA SAUDADE, 1004